



Declaração do Encontro Unitário

Camponês da Paraíba

Por Terra, Território e Dignidade!

Resistência: esse é o elemento que marca a história do povo e dos movimentos que lutam por justiça e pela democratização do mundo rural paraibano desde os primórdios coloniais. Nosso Encontro Unitário é a expressão contemporânea dessa histórica luta contra os projetos impostos pelo capital. Quando a América Latina, em pleno desenvolvimento mercantilista europeu, se inseriu na condição de colônia de exploração para o acúmulo de riquezas das potências europeias, nossos povos originários já se colocavam em combate contra os invasores portugueses. Mas os séculos de resistência expressa em variadas formas de luta são ideologicamente desqualificados pelos detentores do poder político e econômico, numa tentativa de apagar as lutas populares de nossa memória coletiva. No passado, elas eram definidas como a “Guerra dos Bárbaros”. No presente, como sendo a ação de “anacrônicos camponeses” que insistem na sobrevivência de uma classe que já deveria ter desaparecido. O que está no fundo desse discurso é a defesa de privilégios historicamente amparados pelo Estado brasileiro.

A imposição do latifúndio monocultor da cana-de-açúcar no litoral e pecuarista nas regiões sertanejas assentado sobre o trabalho escravo de negros raptados da África está na origem das desigualdades estruturais que marcam a sociedade nordestina. A organização de quilombos em toda a região é uma das expressões de luta contra esse regime perverso cujas raízes ainda não conseguimos extirpar.

No século XX, a Paraíba foi protagonista do movimento mais expressivo de luta contra a opressão do latifúndio, fazendo emergir as Ligas Camponesas sob a liderança de João Pedro Teixeira, mártir da reforma agrária, cuja herança de luta foi conduzida por sua companheira, Elizabeth Teixeira, ícone da luta pela terra. Contudo, a brutalidade do latifúndio e do regime ditatorial pós-64 não foi capaz de calar a voz de nosso povo, o qual na década de 1980 passou a gritar por terra através da voz de Margarida Maria Alves.

Nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2013, trinta anos após o assassinato de Margarida Maria Alves, uma das principais expoentes da luta camponesa na Paraíba, o auditório da FETAG-PB batizado com o nome desta lutadora do povo foi palco no **I Encontro Unitário Camponês da Paraíba**. Essa reunião de representantes de diversas organizações do campo representa mais um marco na longa história de luta e resistência do povo paraibano em busca de sua emancipação. Enquanto desdobramento do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas ocorrido em agosto de 2012, esse momento aglutina camponeses, sem-terra, quilombolas, povos indígenas, atingidos por barragens, sindicalistas e

técnicos rurais, tendo como centralidade a luta de classes em torno da questão agrária, atualmente expressa na luta por **Reforma Agrária, Terra, Território e Dignidade**.

Estamos construindo a unidade em resposta aos desafios da desigualdade na distribuição da terra. Como na época de João Pedro Teixeira, esta desigualdade se mantém inalterada, havendo um aprofundamento dos riscos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

A primeira década do Século XXI revela um projeto de reatualização do projeto de modernização conservadora da agricultura, iniciada pelos militares, interrompida nos anos noventa e retomada como projeto de expansão da produção de *commodities* agrícolas e minerais nos últimos doze anos.

Casos emblemáticos apresentados em nosso encontro evidenciam a essência violenta deste modelo que subtrai das populações locais o direito de acesso à terra de trabalho, o livre acesso aos recursos naturais (água e biodiversidade), suas formas de organização econômica e suas identidades socioculturais. A cultura patriarcal que impõe relações desiguais entre homens e mulheres permanece inalterada ampliando ainda mais a violência desse modelo.

Assistem-se movimentos massivos de migração compulsória para as cidades, que se transformam em polos de concentração da pobreza, ao passo que o mundo rural vem se configurando como espaço de ocupação das forças do capital para a implantação de seu projeto de agricultura sem agricultoras e agricultores.

No caso da mineração, percebemos a brutal expansão das empresas transnacionais em todo o estado, a exemplo das empresas de cimento (Elizabeth, Brendam) que estão ocupando os territórios do litoral paraibano, as empresas de extração mecanizada de areia ao longo dos Rios Mamanguape e Paraíba, as empresas que exploram rochas e minerais no Curimataú (Von Roll), além do caulim e talco nas regiões do Seridó e Sertão (CG mineração, Metalonit, entre outras). Esta expansão se traduz numa nova forma de expropriação de direitos territoriais dos povos do campo, impondo novas relações de exploração do trabalho em condições degradantes, gerando novos e sérios problemas de saúde, tais como a silicose.

O Agrohidronegócio, por sua vez, ganha fôlego com o apoio de políticas do Estado em benefício de grandes corporações. Essa nova realidade se expressa no avanço da monocultura da cana no litoral, num movimento do capital agora comandado por grandes corporações agroindustriais internacionais, a exemplo do grupo belga Alcotra *Bio Energy* e do grupo Francês *Louis Dreyfus Commodities*; na expansão dos perímetros irrigados, como o caso das Várzeas de Souza, reforçando um modelo assentado no uso intensivo de agroquímicos e motomecanização pesada (empresa Santana), e grupos estrangeiros que promovem o “hidroagronegócio orgânico” (Apesar de sua base de produção sem insumos químicos, igualmente se instala expropriando os direitos das comunidades agricultoras; e no projeto de privatização das águas, que têm a transposição do Rio São Francisco como um dos elementos

Uma das consequências mais evidentes desse modelo de ocupação do mundo rural, é que a generalização da criminalidade e da violência deixa de ser um fenômeno exclusivo aos centros urbanos. Casos de violência no meio rural são diariamente notificados. Roubo de motocicletas, furtos de animais, implementos agrícolas, arrombamentos de casas, assaltos à mão armada, inclusive com assassinatos de agricultores e agricultoras se transformam em episódios corriqueiros. Famílias com membros aposentados são alvos preferenciais da criminalidade. Essa nova realidade acentua os processos forçados de migração, concorrendo para que milhares de famílias agricultoras busquem as cidades em busca de maior segurança.

Este projeto provoca o esmagamento e a desterritorialização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Suas consequências sociais e ambientais são a não realização da reforma agrária, a não demarcação e reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas, o aumento da violência, a violação dos territórios dos pescadores, a fragilização da agricultura familiar e camponesa, a sujeição dos trabalhadores e consumidores a alimentos

contaminados e ao convívio com a degradação ambiental. A masculinização e o envelhecimento do campo pela ausência de oportunidades para a juventude e para as mulheres são também resultados de um projeto de desenvolvimento que retira condições para reprodução social e cultural do campesinato e dos povos e comunidades tradicionais.

Os efeitos negativos da implantação desse projeto não são enfrentados estruturalmente pelas políticas sociais em face do caráter assistencialista e emergencial que preside suas concepções. Estas políticas contribuíram para o processo de desigualdade social entre o campo e a cidade, o esvaziamento do meio rural e o aumento da vulnerabilidade dos sujeitos do campo. Em vez de promover a igualdade e a dignidade, as políticas e ações do Estado (nas esferas do executivo, legislativo e judiciário), muitas vezes, retiram direitos (a exemplo do fechamento de escolas rurais) e promovem a violência no campo. Apesar de todos os problemas gerados, os sucessivos governos – inclusive o atual – mantêm a opção pelo agro e hidronegócio.

O Brasil, como um país rico em terra, água, bens naturais e biodiversidade, atrai o capital especulativo e agroexportador, acirrando os impactos negativos sobre os territórios e populações indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e camponesas. Externamente, o Brasil vem se tornando alavanca do projeto neocolonizador, expandindo este modelo para outros países, especialmente na América Latina e África.

O estado da Paraíba (que tem 80% de seu território inserido no contexto do semiárido brasileiro) assiste, numa das mais graves secas dos últimos anos, o reforço do paradigma do “combate à seca”, o qual é expressão deste modelo na região semiárida. O drama atual é resultante do passivo histórico da negligência do Estado Brasileiro para com os povos sertanejos, mantendo e reforçando durante séculos décadas a concentração de terra e de acesso à água nas mãos de grupos oligárquicos locais.

Em nosso Encontro Unitário, juntamos nossas vozes contra esse projeto socialmente excludente e ambientalmente devastador. Mas, nossas vozes também se unem para afirmar um projeto alternativo para o campo fundamentado no princípio da valorização da Vida e do trabalho digno, que valorize os potenciais socioambientais para a produção de alimentos saudáveis em escala suficiente para atender as necessidades da sociedade, que distribua a riqueza social e que conserve os bens da natureza. Esse projeto só se viabilizará com o resgate e o fortalecimento dos campesinatos.

Além de suas lutas e resistências, o movimento social do campo na Paraíba vem acumulando forças com experiências concretas de promoção de outro modelo de agricultura, assentada na construção de uma agricultura familiar de base camponesa e orientada pela perspectiva da agroecologia. As experiências de produção de alimentos livres de agrotóxicos, de democratização do acesso à água e à terra, de autogestão da agrobiodiversidade por meio de rede de guardiões das sementes da paixão, da auto-organização para aceder mercados locais, a constituição de fundos rotativos solidários, a promoção de práticas de pecuária sustentável com a valorização do potencial forrageiro das plantas da caatinga e com as raças animais nativas estão entre as muitas frentes de ação que demonstram que esse projeto alternativo é viável e que merece apoio do conjunto da sociedade e do Estado brasileiro. **Diante disto, afirmamos:**

- 1) A reforma agrária como política essencial de desenvolvimento justo, popular, solidário e sustentável.
- 2) A soberania territorial, que compreende o poder e a autonomia dos povos em proteger e defender livremente os bens comuns e o espaço social e de luta que ocupam e marca sua identidade.
- 3) A soberania alimentar como o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos.
- 4) A agroecologia como base para a sustentabilidade e organização social e produtiva da agricultura familiar e camponesa, em oposição ao modelo do agronegócio. A agroecologia é um modo de produzir e se relacionar na agricultura, que preserva a biodiversidade, os ecossistemas e o patrimônio genético,

que produz alimentos saudáveis, livre de transgênicos e agrotóxicos, que valoriza saberes e culturas das comunidades do campo.

- 5) A centralidade da agricultura familiar e camponesa e de formas tradicionais de produção e o seu fortalecimento por meio de políticas públicas estruturantes, como fomento e crédito subsidiado e adequado às realidades territoriais; ATER baseada nos princípios agroecológicos e que promova agricultores e agricultoras como sujeitos protagonistas na geração e socialização de conhecimentos; pesquisa que reconheça e incorpore os saberes tradicionais; formação orientada pelos fundamentos da Agroecologia, especialmente para jovens rurais; incentivo à cooperação, agroindustrialização e comercialização.
- 6) A necessidade de relações igualitárias, de reconhecimento e respeito mútuo, especialmente em relação às mulheres, superando a divisão sexual do trabalho e o poder patriarcal e combatendo todos os tipos de violência.
- 7) A soberania energética como um direito dos povos, o que demanda o controle social sobre as fontes, produção e distribuição de energia, alterando o atual modelo energético brasileiro.
- 8) A educação do campo, indígena e quilombola como ferramentas estratégicas para a emancipação dos sujeitos, que surgem das experiências de luta pelo direito à educação e por um projeto político-pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora.
- 9) A necessidade de democratização dos meios de comunicação, hoje concentrado em poucas famílias e a serviço do projeto capitalista concentrador, que criminalizam os movimentos e organizações sociais do campo.
- 10) A necessidade do reconhecimento, pelo Estado, dos direitos das populações atingidas por grandes projetos, assegurando a consulta livre, prévia e informada e a reparação nos casos de violação de direitos.
- 11) A necessidade de uma política de segurança pública especializada para o meio rural, que restabeleça as condições de permanência e de dignidade das famílias camponesas em seus territórios.
- 12) A promoção efetiva de uma política assentada no paradigma da convivência com o semiárido, que promova mudanças estruturais em contraposição ao atual modelo do “combate à seca”.

Nos comprometemos:

- 1) A fortalecer as organizações sociais e a intensificar o processo de unidade entre os trabalhadores e trabalhadoras do campo, colocando como centro a luta de classes e o enfrentamento ao inimigo comum, o capital e sua expressão atual no campo, o agro e hidronegócio.
- 2) A ampliar a unidade nos próximos períodos, construindo pautas comuns e processos unitários de luta pela realização da reforma agrária, pelo reconhecimento, titulação coletiva, demarcação e desintrusão das terras indígenas, dos territórios quilombolas e de comunidades tradicionais, garantindo direitos territoriais, dignidade e autonomia.
- 3) A fortalecer a luta pela reforma agrária como bandeira unitária dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.
- 4) A construir e fortalecer alianças entre sujeitos do campo e da cidade, em nível nacional e internacional, em estratégias de classe contra o capital e em defesa de uma sociedade justa, igualitária, solidária e sustentável.
- 5) A lutar pela transição agroecológica massiva, contra os agrotóxicos, pela produção de alimentos saudáveis, pela soberania alimentar, em defesa da biodiversidade e das sementes, fortalecendo as experiências que os movimentos sociais vêm construindo na prática.
- 6) A construir uma agenda comum para discutir os critérios de construção, acesso, abrangência, caráter e controle social sobre as políticas públicas, a exemplo do PRONAF, PNAE, PAA, PRONERA, PRONACAMPO, pesquisa e extensão, dentre outras, voltadas para as trabalhadoras e trabalhadores do campo.

- 7) A lutar pela efetivação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica como medida institucional articuladora de políticas visando à promoção de mudanças estruturais no mundo rural brasileiro;
- 8) A fortalecer a luta das mulheres por direitos, pela igualdade e pelo fim da violência.
- 9) A ampliar o reconhecimento da importância estratégica da juventude na dinâmica do desenvolvimento e na reprodução social das comunidades camponesas.
- 10) A lutar por mudanças no atual modelo técnico de produção de alto consumo energético e dependente de fontes não renováveis e emissoras de gases de efeito estufa;
- 11) A combater e denunciar a violência e a impunidade no campo e a criminalização das lideranças e movimentos sociais, promovidas pelos agentes públicos e privados.
- 12) A lutar pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a morte e desaparecimento forçado de camponeses, bem como os direitos de reparação aos seus familiares, com a criação de uma comissão camponesa pela anistia, memória, verdade e justiça para incidir nos trabalhos da Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos, visando à inclusão de todos afetados pela repressão.

Nós, trabalhadores e trabalhadoras do campo paraibano, exigimos o redirecionamento das políticas e ações do estado da Paraíba e da esfera federal, pois o campo não suporta mais. Seguiremos em marcha, mobilizados em unidade e luta e, no combate ao nosso inimigo comum, construiremos uma Paraíba e um Brasil com uma sociedade justa, solidária e sustentável.

João Pessoa, 28 de Fevereiro de 2013.

Articulação do Semiárido Paraibano (ASA PB); MST; CPT; CUT–PB; FETRAF; FETAG; MAE – Movimento Agroecológico; QUILOMBOLAS – PB; Movimento Indígena Tabajara; MMM – Marcha Mundial das Mulheres – PB; PJR – Pastoral da Juventude Rural; MAB – Movimento dos Atingidos Por Barragens; Movimento das Mulheres Camponesas – PB; Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema; AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia; PATAC; SINTER; Assembléia Popular; Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Coletivo ASA do Cariri Oriental (Casaco); Coletivo Cariri Curimataú; Cáritas; Coonap e CAASP.